

# Comitê de Pronunciamentos Contábeis: Análise da Produção Acadêmica Divulgada em Periódicos Nacionais da Área de Contabilidade de 2005 a 2014

*Accounting Pronouncements Committee: Analysis of Academic Production Released in National Journals of Accounting Area from 2005 to 2014*

Artigo recebido em: 14/07/17, e aceito em: 04/06/18

**Henrique César Melo Ribeiro**

Parnaíba – PI

Doutor em Administração pela UNINOVE-SP<sup>1</sup>

Professor Adjunto da UFPI<sup>2</sup>

hcmribeiro@gmail.com

## Resumo

O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) divulgada em periódicos nacionais da área de Contabilidade de 2005 a 2014. Metodologicamente utilizaram-se as técnicas de análise bibliométrica e de rede social. Os principais achados foram: observou-se que o tema CPC vem em evolução, especialmente a partir do ano de 2009. O periódico Pensar Contábil foi o que mais publicou sobre o tema analisado. A Universidade de São Paulo (USP) se destacou como a mais profícua. No que se refere às redes de coautoria e das Instituições de Ensino Superior (IESs), verificou-se baixa densidade em ambas. Os CPCs 29, 01 e 04 ficaram em realce neste estudo. E os temas mais abordados foram: ativos intangíveis, evidenciação contábil, ativos biológicos, normas internacionais de contabilidade, valor justo e impairment test. Conclui-se que esta pesquisa evidenciou como estão o desenvolvimento, difusão e socialização do tema CPC nas revistas da área de Contabilidade no Brasil, proporcionando com isso contemplar características importantes, contribuindo a posteriori para formar opiniões, gerar ideias, criar uma agenda de pesquisa e consequentemente alavancar ainda mais este assunto, não somente no campo contábil, mas também na área de gestão e correlatas.

**Palavras-chave:** Comitê de Pronunciamentos Contábeis; Produção Acadêmica; Periódicos Nacionais; Área de Contabilidade.

## Abstract

*The objective of this study was to analyze the academic production about the theme Accounting Pronouncements Committee (APC) published in national journals of the Accounting area from 2005 to 2014. In terms of methodology, we used the techniques of bibliometric analysis and social networking. The main findings were: it was observed that the APC theme comes in evolution, especially from the year 2009. The Pensar Contábil journal was the most published on the analyzed subject. The University of São Paulo (USP) stood out as the most fruitful. As regards the co-authorship networks and Higher Education Institutions (HEIs), low density was found in both. APCs 29, 01 and 04 were highlights in this study. And the most discussed topics were: intangible assets, accounting disclosure, biological assets, international accounting standards, fair value and impairment test. It follows that this research showed how are this development, dissemination and socialization of APC theme in journals of Accounting area in Brazil, thereby providing the perception of important features, contributing to form opinions, generate ideas, create a research agenda and thus further leverage on this issue, not only in the accounting field, but also in management and topics related.*

**Keywords:** Accounting Pronouncements Committee; Academic Production; National journals; Accounting area.

## 1 Introdução

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criado em 1946, é uma entidade de caráter corporativista, sem vínculo com a administração pública federal e que dirige, normatiza e fiscaliza o exercício da profissão contábil no Brasil (CARVALHO; COSTA; OLIVEIRA, 2010). E o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) é uma entidade de direito privado (SANTOS et al., 2011), criada pela Resolução do CFC nº. 1.055 de setembro de 2005 (VIVIANI et al., 2014) para agilizar o processo de revisão de normas contábeis no Brasil e cobrir uma grande lacuna no panorama contábil nacional (LEMES; CARVALHO, 2009).

É importante ressaltar que a legitimidade institucional do CPC no processo de normatização contábil nacional veio a partir da promulgação da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei nº 6.404/76 (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012; OLIVEIRA; COSTA JUNIOR; COUTINHO e SILVA, 2013). Ressalta-se também a Lei nº 11.941/09, que ajudou a introduzir uma série de novos procedimentos contábeis, convergindo para as International Financial Reporting Standards (IFRS) (PONTE et al., 2011; LEITE; PINHEIRO, 2014; MAZZIONI et al., 2014).

Com o aparecimento da Lei nº 11.638/07 (MENESES; PONTE; MAPURUNGA, 2013), o processo nacional de convergência às normas internacionais (BRIZOLLA, et al., 2014; KOLOZSVARI; MARQUES; MACEDO, 2014) passou a ser um macro e articulado plano de regulação que envolve o Estado mediante seus órgãos reguladores de normas contábeis, como, por exemplo, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), o Banco Central do Brasil (BACEN), a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), sobretudo do órgão privado, que é o CPC (SANTOS, et al., 2011).

O CPC é composto pela Associação Brasileira de Companhias Abertas (ABRASCA), pela Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), pela Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) e pelo Instituto dos Auditores Independentes (IBRACON) (SÁ; MALAQUIAS, 2012).

O plano das organizações ligadas ao CPC, e também do governo, é que o Brasil tenha sua contabilidade totalmente harmonizada com as normas internacionais. O CPC desenvolve um trabalho no sentido de que isso já seja aplicado diretamente nos balanços individuais, primários, de tal maneira que não exista um balanço de acordo com as regras brasileiras e outro de acordo com as normas internacionais de contabilidade, como ocorre hoje nas nações da União Europeia, onde cada organização faz o seu balanço de acordo com as normas de seu próprio país e, depois, o consolida de acordo com o International Accounting Standards Board (IASB) (FERNANDES et al., 2011).

Em suma, o tema CPC é de extrema importância para a profissão contábil, pois busca harmonizar as normas nacionais (FERNANDES, et al., 2011). Em outras palavras, o CPC influencia para que o Brasil caminhe para um processo de convergência (BEUREN; ALMEIDA, 2012) das normas de contabilidade locais para as normas internacionais de contabilidade (FERNANDES, et al., 2011; SILVA; NARDI, 2014). Esta importância é realçada na produção acadêmica do tema Contabilidade Internacional em periódicos nacionais, nos quais o assunto CPC aparece em destaque como um dos mais publicados nos últimos 15 anos (RIBEIRO, 2014). Versa-se com isso a justificativa de se estudar a produção cientí-

<sup>1</sup> UNINOVE SP - Universidade Nove de Julho - CEP 03155-000 - São Paulo - SP

<sup>2</sup> UFPI - Universidade Federal do Piauí - CEP 60049-550 - Teresina - PI

fica do tema CPC no contexto acadêmico brasileiro.

Diante do exposto, ressalta-se que não se conseguiu encontrar na literatura acadêmica nacional uma análise da própria produção científica da temática CPC. Sendo assim, este estudo se propôs a analisar a produção acadêmica do tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgada em periódicos nacionais da área de Contabilidade de 2005 a 2014. Neste contexto, contempla-se a seguir a questão de pesquisa que norteou este trabalho: Qual o perfil e a evolução da produção acadêmica do tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgada em periódicos nacionais da área de Contabilidade de 2005 a 2014? Justifica-se iniciar o estudo em 2005, em virtude de este ser o ano de criação do CPC (LEMES; CARVALHO, 2009; ALMEIDA; LEMES, 2013).

Este estudo contribuirá para melhor compreender como o tema CPC está sendo estudado e posteriormente publicado nas revistas da área de Contabilidade no Brasil. Outra contribuição tangível é a possibilidade de alargar o conhecimento científico do citado assunto, mediante a evidência de características que se fazem inerentes ao tema, acarretando o surgimento de ideias, insights, grupos de estudos, novas pesquisas, cooperando com isso para um aperfeiçoamento, difusão, disseminação e socialização dessas pesquisas em congressos e conseqüentemente em revistas nacionais e/ou internacionais do campo contábil, de gestão e/ou correlatos.

Este estudo está dividido em cinco seções. A introdução contempla a justificativa, questão, objetivo e contribuição da pesquisa. A fundamentação teórica vem logo a seguir. Na terceira seção estão os procedimentos metodológicos. A análise e discussão dos resultados é abordada na seção quatro. E por último aparecem as considerações finais, evidenciando os principais achados, conclusões, contribuições, limitações e sugestões para estudos futuros.

## 2 Fundamentação Teórica

Esta seção aborda o tema CPC, destacando características importantes sobre o assunto e a produção científica sobre o tema em investigação.

### 2.1 Comitê de Pronunciamentos Contábeis

A convergência das normas contábeis nacionais ao padrão internacional não ocorreu de forma imediata (PONTE et al., 2012). Com isso, realça-se que a convergência contábil (SILVA FILHO; MARTINS; MACHADO, 2013) tem por objetivo integrar as práticas contábeis entre as nações para acatar a necessidade de informação contábil (CARDOSO et al., 2010), sobretudo, por parte dos mercados financeiros (OLIVEIRA; LEMES, 2011). O processo de convergência das normas internacionais de contabilidade no Brasil (MARTINS; OLIVEIRA, 2014) foi robustecido no momento da criação do CPC, por meio da Resolução 1.055/05 (CRISÓSTOMO, 2009), sendo que o modelo adotado pelo CPC é o mesmo estabelecido pelo IASB por meio das IFRS (OLIVEIRA; LEMES, 2011; ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013). Realça-se que a citada lei é considerada o marco regulatório que situa a convergência contábil do Brasil às normas internacionais de contabilidade (SANTOS et al., 2011).

Porém, a Lei nº 11.638/07 incitou os trabalhos do CPC (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012), ou seja, o CPC só conseguiu alcançar progressos com a promulgação da Lei nº 11.638/07, e com a obrigatoriedade, a partir de 2010 (RIBEIRO, 2016), das demonstrações consolidadas de determinadas entidades do país, como as organizações de capital aberto e as empresas sob a égide do BACEN e da SUSEP, serem apresentadas em conformidade com as normas emitidas pelo CPC (ALMEIDA; LEMES, 2013).

O objetivo do CPC é centralizar, no Brasil, a emissão de pronunciamentos contábeis (estes em correlação com as normas internacionais do IASB), provendo material que será submetido à audiência pública, para depois se transformar em normas contábeis pelos órgãos reguladores próprios (TAVARES et al., 2010). Diga-se que o CPC não possui poderes normatizadores legalmente estatuídos, mas por meio de parcerias com os órgãos anteriormente citados consegue que estes promulguem essas normas, aproximando o Brasil aos padrões das normas

internacionais. Essas resoluções estão em consonância com as IFRS que normatizam o reconhecimento, aferição e divulgação de fenômenos contábeis (TAVARES et al., 2010), aumentando o disclosure das informações (RIBEIRO; RIBEIRO; WEFFORT, 2013).

Sendo assim, constata-se que cada norma internacional de contabilidade possui um documento correspondente no CPC. Em alguns casos, o CPC incluiu em seus pronunciamentos contábeis (CPCs), as respectivas IFRS e/ou *International Accounting Standards* (IAS) emitidas pelo IASB (COSTA; THEÓPHILO; YAMAMOTO, 2012). No Quadro 1 constam todos os pronunciamentos divulgados pelo CPC no período de 2007 a 2013. Salienta-se que os CPCs entraram em discussão a partir de 2007 (CARDOSO et al., 2010; TOIGO; GOLLO; CUNHA, 2014), porém o primeiro pronunciamento só foi ser divulgado em 2008 (ONO; RODRIGUES; NIYAMA, 2010; NOGUEIRA JUNIOR, et al., 2012) e a implantação dos mesmos ocorreu em 2010 (TOIGO; GOLLO; CUNHA, 2014).

**Quadro 1 – CPCs emitidos de 2008 a 2012**

Assunto	CPC	IASB
Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro	00	Framework
Redução ao Valor Recuperável de Ativos	01	IAS 36
Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	02	IAS 21
Demonstração dos Fluxos de Caixa	03	IAS 7
Ativo Intangível	04	IAS 38
Divulgação sobre Partes Relacionadas	05	IAS 24
Operações de Arrendamento Mercantil	06	IAS 17
Subvenção e Assistência Governamentais	07	IAS 20
Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários	08	IAS 39
Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	09	-
Pagamento Baseado em Ações	10	IFRS 2
Contratos de Seguro	11	IFRS 4
Ajuste a Valor Presente	12	-
Adoção Inicial da Lei nº. 11.638/07 e da Medida Provisória nº. 449/08	13	-
Combinação de Negócios	15	IFRS 3
Estoques	16	IAS 2
Contratos de Construção	17	IAS 11
Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	18	IAS 28
Participação em Empreendimento Controlado em Conjunto (Joint Venture)	19	IAS 31
Custos de Empréstimos	20	IAS 23
Demonstração Intermediária	21	IAS 34
Informações por Segmento	22	IFRS 8
Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	23	IAS 8
Evento Subsequente	24	IAS 10
Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	25	IAS 37
Apresentação das Demonstrações Contábeis	26	IAS 1

Ativo Imobilizado	27	IAS 16
Propriedade para Investimento	28	IAS 40
Ativo Biológico e Produto Agrícola	29	IAS 41
Receitas	30	IAS 18
Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada	31	IFRS 5
Tributos sobre o Lucro	32	IAS 12
Benefícios a Empregados	33	IAS 19
Demonstrações Separadas	35	IAS 27
Demonstrações Consolidadas	36	IAS 27
Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade	37	IFRS 1
Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração	38	IAS 39
Instrumentos Financeiros: Apresentação	39	IAS 32
Instrumentos Financeiros: Evidenciação	40	IFRS 7
Resultado por Ação	41	IAS 33
Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	43	IFRS 1
Demonstrações Combinadas	44	-
Divulgação de Participações em outras Entidades	45	IFRS 12
Mensuração do Valor Justo	46	IFRS 13
Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (PME)	CPC para PME	IFRS for SMEs

Fonte: Costa, Théophilo e Yamamoto (2012) e CPC (2015) adaptado pelo autor

Entende-se que a descrição de maneira mais analítica dos CPCs, evidenciada no Quadro 1, é desnecessária, em decorrência dos mesmos poderem ser prontamente consultados no site do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC, 2015) e em virtude destes pronunciamentos, pelos menos os que tiveram maior destaque, serem ainda vistos e trabalhados na análise e discussão dos resultados neste estudo.

De maneira geral, observa-se que após a criação do CPC e de seus respectivos pronunciamentos, passou a haver uma nova estrutura quanto à elaboração dos pronunciamentos contábeis no Brasil, pois houve a centralização destes, com o aumento da participação na elaboração dos padrões de vários setores abarcados com a contabilidade, desde a literatura acadêmica, passando pelo aspecto corporativo até os usuários da informação, com o propósito de convergência às normas internacionais do IASB (FERNANDES et al., 2011).

A criação, discussão e divulgação dos CPCs levaram as normas contábeis nacionais a uma alteração inevitável, uma vez que é um procedimento global, e a nação que não seguiu-lo terá sérios problemas com a captação de recursos estrangeiros para investimento, incitada pela falta de qualidade e comparabilidade da informação contábil (FERNANDES et al., 2011). A comparabilidade é um dos aspectos qualitativos da informação contábil (HOLTZ; ALMEIDA, 2013) que aumenta a sua utilidade, permitindo às organizações atrair um número maior de investidores de outras nações (REINA; REINA; SILVA, 2014).

Em suma, quiçá o maior aditamento acarretado pelo CPC à área contábil tenha sido a aliança dos diversos organismos normatizadores, como CVM, IBRACON, CFC e agências reguladoras. Isso afere robustez ao campo contábil frente à sociedade, delegando-lhe a competência para legislar sobre matéria contábil e a autoridade necessária para se impor. O empenho conjugado de várias organizações em pesquisas e discussões reflete-se em práticas contábeis mais coesas e de melhor qualidade. De maneira geral, a adoção das normas internacionais de contabilidade tende, a médio e longo prazos, aperfeiçoar a qualidade não só das informações contábeis brasileiras evidenciadas, mas também dos profissionais que as produzem (FERNANDES, et al., 2011).

## 2.2 Estudos da produção acadêmica sobre CPC e/ou assuntos correspondentes

Verifica-se que, nos últimos anos, alguns trabalhos bibliométricos sobre o tema CPC e/ou correlatos foram sendo publicados em periódicos nacionais. Diante desse contexto, observam-se, a seguir, alguns destes estudos que serão úteis e quiçá importantes para robustecer as discussões dos resultados desta pesquisa.

Zandonai e Borba (2009) analisaram as pesquisas empíricas sobre o teste de impairment publicadas nos principais periódicos acadêmicos de língua inglesa nos anos de 2000 a 2007. O trabalho encontrou 62 artigos científicos sobre o tema citado, contudo, somente 13 foram analisados por serem caracterizados como empíricos. Tal achado demonstra que mesmo em outras nações, onde a norma sobre impairment está em vigor há mais tempo, existiam poucos estudos empíricos sobre o tema para a época.

Tavares et al. (2010) identificaram o perfil das pesquisas em contabilidade internacional nas dissertações e teses brasileiras divulgadas no banco de dados de teses e dissertações (BDTD) entre 1999 e 2008. Concluíram que o perfil das pesquisas em contabilidade internacional se concentra primordialmente em comparações de normatizações. Salienta-se a deficiência de uma discussão mais crítica que procure analisar e observar, os pressupostos conceituais que norteiam tal normatização. Os trabalhos comprovaram também carência de reflexões sobre as consequências da adoção das normas internacionais de contabilidade no cenário contábil nacional.

Teodoro et al. (2011) realizaram a bibliometria da produção acadêmica de 2002 a 2010 referente ao processo de harmonização aos procedimentos contábeis internacionais, ou de estudos correlatos a este assunto. Concluíram que a produção acadêmica em relação ao processo de harmonização às normas internacionais de contabilidade ocorreu de maneira mais robusta nos períodos em que tal processo tomou dimensões mais macros, tanto no panorama brasileiro quanto no âmbito internacional.

Ikuno et al. (2012) identificaram os principais temas enfocados na produção científica relativos à contabilidade internacional nos principais periódicos internacionais entre os anos de 2000 e 2009. Os autores constataram que a principal temática identificada foi “diferenças internacionais e implicação no financial reporting”, aparecendo em 43% do total de artigos analisados. A “mensuração da convergência” (em 13% dos manuscritos) e o “impacto da adoção das IAS/IFRS” (em 13% dos papers) também ficaram em evidência.

Souza et al. (2013) analisaram a produção científica sobre ativos biológicos e produtos agrícolas em artigos, dissertações e teses nacionais e artigos internacionais entre os anos 2006 e 2011. Concluíram que 24 estudos sobre ativos biológicos e produtos agrícolas foram achados nos anos de 2006 a 2011. O Congresso USP de Controladoria e Contabilidade foi aquele que apresentou o maior número de manuscritos pautados a essa temática. Os periódicos Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPEC), Pensar Contábil e Universo Contábil publicaram, cada um, um paper sobre o assunto investigado. Os temas das pesquisas foram aplicação do IAS 41 e tratamento contábil dos ativos biológicos. As dissertações nacionais encontradas foram oriundas dos programas de pós-graduação em Ciências Contábeis.

Ribeiro (2014) investigou qual é o perfil e o crescimento, no período de 1999 a 2013, das publicações acadêmicas sobre Contabilidade Internacional em revistas nacionais classificadas com notas A1 a B2, pela Qualis Capes das áreas de Administração, Contabilidade e Turismo (triênio 2010-2012). Observou que os temas: evidênciação das informações, harmonização contábil, convergência contábil, disclosure, *Generally Accepted Accounting Principles in the United States* (US GAAP), ativos intangíveis, IASB, IFRS e CPC, dentre outros, foram os mais publicados.

Ikuno e Niyama (2015) objetivaram caracterizar, sob o enfoque epistemológico, a produção científica em contabilidade internacional publicada nos periódicos internacionais de língua inglesa, analisando 117 artigos, publicados no período de 2000 a 2010. Os autores verificaram que 80% das pesquisas tinham caráter descritivo e 20%, prescritivo. Os delineamentos mais utilizados foram o “experimento empírico”; seguido por artigos que utilizavam “múltiplos métodos” e “pesquisas documentais”. A abordagem metodológica positivista representa 35% do total

de artigos e a empirista 31%, totalizando mais da metade dos artigos.

Ribeiro (2016) analisou a produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos da área contábil durante o período de 2008 a 2014. Constatou que: *Pensar Contábil*, *Revista de Contabilidade e Organizações*, *Contabilidade Vista & Revista* e *REPEC* foram as revistas que se destacaram. A Universidade de São Paulo foi a mais profícua. Os temas mais publicados foram: ativos intangíveis, convergência contábil, impairment, demonstrações contábeis e informação contábil.

De maneira macro, os estudos vistos nesta seção abordam temas diversos que têm relação direta com o CPC; contudo, nenhum destes trabalhos se propôs e/ou se manifestou de maneira mais alargada a analisar a produção científica da abordagem CPC. É este o principal propósito deste artigo, contribuindo para a literatura acadêmica brasileira do surgimento de um aporte de informações interessantes, importantes e atuais sobre o citado assunto, colaborando com isso para o desenvolvimento, fomento e difusão da temática CPC no Brasil.

### 3 Procedimentos Metodológicos

O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgada em periódicos nacionais da área de Contabilidade de 2005 a 2014. Para tanto, utilizaram-se as técnicas de análise bibliométrica e de rede social.

Entende-se que a bibliometria é um meio de situar a produção científica de uma nação em relação ao mundo, Instituições de Ensino Superior (IESs) em relação a seu país, e autores em relação às suas respectivas IESs (MACIAS-CHAPULA, 1998). Os indicadores aferidos pela bibliometria são igualmente apropriados para macroanálises (participação de uma determinada nação na produção global de literatura científica em um período específico) e para microanálises (papel de uma IES na produção de artigos em um determinado campo do conhecimento científico). Combinados a outros indicadores, os trabalhos bibliométricos ajudam tanto na avaliação do estado da arte da ciência como na tomada de decisões e no gerenciamento e surgimento de outras pesquisas acadêmicas (MACIAS-CHAPULA, 1998).

Ressalta-se que os trabalhos métricos da ciência são ampliados com a aplicação das chamadas leis bibliométricas, apresentadas como seus pilares. As primeiras leis empíricas do comportamento da literatura voltaram-se para a mensuração da produtividade de pesquisadores, como é o caso da Lei de Lotka de 1926; para calcular a disseminação do conhecimento científico em publicações de periódicos tem-se a Lei de Bradford, de 1934; e para aferir o padrão de distribuição de frequência de palavras de um determinado texto científico aparece a Lei de Zipf, de 1949 (NORONHA; MARICATO, 2008; SOUZA; RIBEIRO, 2013; BEUREN; SOUZA, 2008).

**Quadro 2** - Classificação dos periódicos, triênio (2010-2012)

Periódico	Sigla	ISSN	Qualis
Brazilian Business Review	BBR	1807-734X	A2
Revista Contabilidade & Finanças (USP)	RC&F	1808-057X	A2
Revista BASE da Unisinos	BASE	1984-8196	B1
Contabilidade Vista & Revista	CV&R	0103-734X	B1
Custos e @gronegócios on line	Custos	1808-2882	B1
Revista Brasileira de Gestão de Negócios	RBGN	1806-4892	B1
Revista Contemporânea de Contabilidade	RCC	2175-8069	B1
Revista de Contabilidade e Organizações	RCO	1982-6486	B1
Revista Universo Contábil	RUC	1809-3337	B1
Advances in Scientific and Applied Accounting	ASAA	1983-8611	B2
Contabilidade Gestão e Governança	CGG	1984-3925	B2
Revista Contemporânea de Economia e Gestão	Contextus	2178-9258	B2
Revista de Administração, Contabilidade e Economia	RACE	2179-4936	B2
Revista Ambiente Contábil	Ambiente	2176-9036	B2
Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade	REPEC	1981-8610	B2
Revista Enfoque: Reflexão Contábil	Enfoque	1984-882X	B2

Além da bibliometria, realça-se também a análise de redes sociais (RIBEIRO; SANTOS, 2015). Mediante os métodos de análise de rede social, é plausível identificar características, tais como, a) padrões de relacionamento entre os atores (autores e IESs por exemplo) de uma rede; b) a interação entre estes atores; c) a concepção de clusters; d) o crescimento da rede ao longo do tempo; e e) o fluxo de comunicação, informação e conhecimento dentro da rede social (BORDIN; GONÇALVES; TODESCO, 2014).

É importante lembrar de determinados elementos que são preponderantes para a análise de redes e que se fazem necessários para a melhor compreensão dessa técnica na exploração da produção científica da temática CPC. Visualmente, uma rede social é comparável a uma teia, um adjacente de nós atrelados e estes nós são arquitetados pelos pontos de intersecção dos atores (CAPOBIANGO, et al., 2011). Os nós neste estudo simulam os atores, e os laços são formados a partir da amarração entre estes atores (MARTES et al., 2006).

Outro artefato é a densidade, pois é uma das mais comuns aferições na análise de rede (ALBUQUERQUE FILHO; MACHADO-DASILVA, 2009), em razão de mensurar a acuidade da interação dos atores da rede social. Ou seja, a densidade é o grau de amplitude da conexão dos atores da rede e com seu cálculo colabora para a formulação de conjecturas sobre as informações que circulam pela rede (MELLO; CRUBELLATE; ROSSONI, 2010). Neste cenário, contempla-se outro artifício importante para a análise de redes, que é a centralidade, pois é uma das características de redes usada com grande constância.

Existem três formas comumente usada para mensurar a centralidade: a centralidade de grau (*degree*); a centralidade de proximidade (*closeness*); e a centralidade de intermediação (*betweenness*) (ROSSONI; HOCAYEN-DASILVA, 2008). Neste trabalho, será enfocado somente a centralidade de grau, por mensurar o número de laços que um ator tem com outros atores em uma rede (ROSSONI; GUARIDO FILHO, 2009). Com isso, quanto maior a centralidade de grau, maior a influência de um ator sobre outros que dele dependem para executar a troca de comunicação, informação e conhecimento (ROSSONI; GUARIDO FILHO, 2009).

Para se analisar a produção científica sobre o tema CPC, foram escolhidas as revistas acadêmicas nacionais classificadas com as notas A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5 pela Qualis Capes da área de Contabilidade (triênio 2010-2012). Estas configuram os extratos superiores de avaliação. Realça-se que a relação dos períodos em que a Capes disponibiliza suas informações é repartida em triênios, e o triênio 2010-2012 é o mais contemporâneo, de acordo com o site da Capes (CAPES, 2015). Por isso, este foi usado para se fazer a análise da produção acadêmica do tema em questão. Diante do exposto, chegou-se à relação evidenciada no Quadro 2.

Sociedade, Contabilidade e Gestão	SCG	1982-7342	B2
ConTexto	ConTexto	2175-8751	B3
Revista do Centro de Ciências Sociais Aplicadas	Interface	1679-348X	B3
Pensar Contábil	Pensar	2177-417X	B3
Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE	RACEF	2178-7638	B3
Revista de Contabilidade e Controladoria	RC&C	1984-6266	B3
Registro Contábil	ReCONT	2179-734X	B3
Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis	RCMCC	1984-3291	B3
Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade	RGFC	2238-5320	B3
Revista de Informação Contábil	RIC	1982-3967	B3
Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis	Sinergia	2236-7608	B3
Revista da Associação Brasileira de Custos	ABCustos	1980-4814	B4
Revista de Administração, Contabilidade e Sustentabilidade	REUNIR	2237-3667	B4
Revista Catarinense da Ciência Contábil	RCCC	1808-3781	B4
Revista de Contabilidade da UFBA	RCUFBA	1984-3704	B4
Revista de Estudos Contábeis	REC	2237-0099	B4
Revista Mineira de Contabilidade	RMC	1806-5988	B5
CAP Accounting and Management	CAPAM	2238-4901	B5
Revista de Administração e Contabilidade da FAT	ReAC	2177-8426	B5
Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI	RGCUFPI	2358-1735	-
Revista Evidenciação Contábil & Finanças	RECF	2318-1001	-

Fonte: Dados da pesquisa

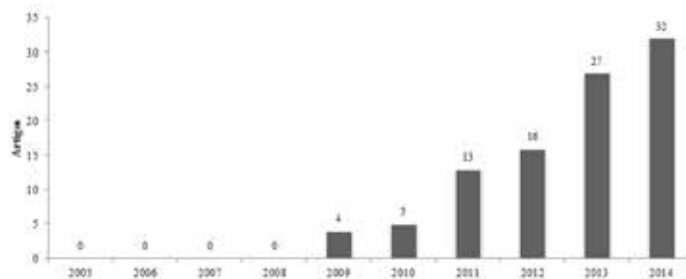
O Quadro 2 lista as 37 revistas científicas investigadas neste trabalho. A coleta de dados foi alcançada buscando, nestes periódicos, manuscritos evidenciados entre 2005 a 2014. Cada uma destas revistas habilitadas no Quadro 2 passou por processo de procura de estudos que obedecessem ao tema CPC. Em todos os artigos divulgados, a disponibilidade dos mesmos foi em meio eletrônico. Os papers contemplados foram acessados diretamente dos respectivos sites destes periódicos, sendo, que a procura foi realizada de maneira especificada, para, com isso, encontrar todos as pesquisas que apresentassem as palavras-chave: Comitê de Pronunciamentos Contábeis e/ou CPC no Título, Resumo e Palavras-chave. Salienta-se que as palavras-chave não foram averiguadas de forma simultânea. Este procedimento acarretou que fossem eleitos todos os manuscritos que tivessem ao menos uma das palavras-chave antes evidenciadas.

A coleta de dados identificou 97 artigos que foram analisados, de maneira quantitativa, segundo os seguintes indicadores bibliométricos: (I) evolução da produção acadêmica do tema CPC; (II) periódicos de destaque; (III) autores mais profícuos; (IV) rede de coautoria; (V) IESs mais produtivas; (VI) rede social das IESs; (VII) CPCs em destaque; e (VIII) temas em destaque. Os dados sobre cada artigo foram decompostos em informações e capturados por intercessão do software Bibexcel e as visualizações das figuras foram realizadas mediante os softwares UCINET 6 for Windows e Microsoft Excel 2007.

#### 4 Análise e Discussão dos Resultados

Esta seção analisará e discutirá os 97 artigos identificados neste estudo, sob a óptica das aferições bibliométricas e de redes sociais. A Figura 1 evidencia a evolução da produção científica da temática CPC de 2005 a 2014.

Figura 1 - Evolução da produção acadêmica do tema CPC



Fonte: Dados da pesquisa

Observando a Figura 1 é perceptível e notória a evolução do tema CPC a partir de 2009. Este resultado pode ser em virtude de que o primeiro pronunciamento do CPC só foi evidenciado em 2008 (NOGUEIRA JUNIOR, *et al.*, 2012). Realça-se que o primeiro pronunciamento resultante do trabalho do CPC recebeu a denominação de CPC 01, que encontra correspondência direta no IAS 36 (*Impairment of Assets*), emitido pelo IASB, e que implementa no Brasil a técnica de revisão periódica do valor de recuperação dos ativos da companhia, visando afirmar que não estejam contabilizados por um valor elevado àquele passível de ser recuperado no tempo pelo seu uso nas operações da companhia, ou por meio da sua eventual alienação (ONO; RODRIGUES; NIYAMA, 2010).

Outro fator que pode estar influenciando no crescimento de publicações sobre o assunto CPC é a evolução de CPCs aprovados, ou seja, no ano de 2008 houve oito CPCs aprovados; no período de 2009, 13 CPCs foram atendidos; em 2010, ocorreu a aprovação de 12 CPCs; em 2011 foram seis os CPCs consentidos; e no ano de 2012, dez CPCs foram admitidos (CPC, 2015). O que mostra que a aprovação dos CPCs é fator determinante para a geração de novas pesquisas sobre a citada abordagem, impactando diretamente no enriquecimento da literatura acadêmica e no conhecimento científico na área contábil.

A Tabela 1 evidencia os periódicos nacionais que se destacaram na publicação da temática CPC de 2005 a 2014.

Tabela 1: Periódicos de destaque

Periódicos/Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
Pensar					2		4	1	1	3	11	11,34%
Custos								1	3	2	6	6,19%
Enfoque								1	1	4	6	6,19%
RUC						1	1		3	1	6	6,19%
Ambiente							1		1	3	5	5,15%
RC&C					1			1	1	2	5	5,15%
RCMCC						1	1	1	2		5	5,15%
RCO							2	3			5	5,15%
SCG						1		1	2	1	5	5,15%
CGG					1			1	2		4	4,12%
RCCC								1	1	2	4	4,12%
ReCont							1		1	2	4	4,12%
ASAA									2	1	3	3,09%
ConTexto						1				2	3	3,09%
RACE							1		1		3	3,09%
REPEC								2	1		3	3,09%
BASE									1		2	2,06%
GeCont										2	2	2,06%
RCC										2	2	2,06%
CV&R							1	1			2	2,06%
REC								1	1		2	2,06%
Reunir									1	1	2	2,06%
RIC							1		1		2	2,06%
CAP									1		1	1,03%
RBGN								1			1	1,03%
RC&F										1	1	1,03%
RCUFBA										1	1	1,03%
Sinergia						1					1	1,03%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>97</b>	<b>100,00%</b>

Fonte: Dados da pesquisa.

O periódico Pensar foi o que ficou em evidência nesta seção, com 11 artigos publicados. O estudo de Ribeiro (2016) confirma tal achado. Em seguida vêm os periódicos Custos, Enfoque e RUC, todos com seis publicações cada. Com cinco papers divulgados estão as revistas: Ambiente, RC&C, RCMCC, RCO e SCG. Essas nove revistas têm uma somatória de 54 artigos sobre o assunto em investigação, o que equivale a 55,67% do montante de 97 publicações.

Destacam-se também as revistas, CGG, RCCC, ReCont, ASAA, ConTexto, RACE e REPEC, totalizando 24 manuscritos, fazendo um percentual de 24,74% do total dos papers identificados. E por fim, vêm os demais periódicos, ou seja: BASE, GeCont, RCC, CV&R, REC, Reunir, RIC, CAP, RBGN, RC&F, RCUFBA e Sinergia, perfazendo 19 manuscritos, ou seja, 19,59% do montante.

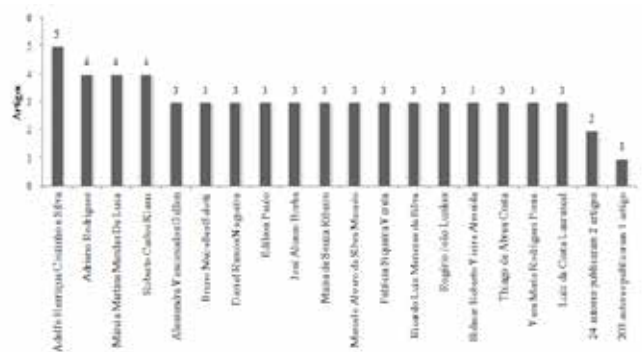
As informações evidenciadas nesta seção vão ao encontro do que prega a Lei de Bradford (SOUZA; RIBEIRO, 2013), pois calculam o nível de valor de periódicos em uma área do conhecimento científico, isto é, as revistas que publicam o maior número de trabalhos sobre um tema formam um núcleo de revistas, com destaque para o citado campo do conhecimento e tema científico (BEUREN; SOUZA, 2008).

Os resultados contemplados aqui contribuem para divulgar o grau de importância destas revistas no que se refere às suas respectivas produtividades quanto ao tema em análise. Esta seção realça a acuidade dos periódicos para a difusão do conhecimento acadêmico, mesmo que categorizados em ordem de destaque, mas, de maneira geral, é de suma importância para a socialização do saber científico, sobretudo quando aborda o CPC, que é um tema que baliza e promove maior entendimento da preponderância que as normas internacionais de contabilidade têm para a área contábil no cenário empresarial

e em especial o acadêmico, que é o foco deste trabalho.

A Figura 2 contempla a somatória dos 245 autores identificados neste estudo, colocando em destaque os 18 mais profícuos.

Figura 2 - Autores mais profícuos



Fonte: Dados da pesquisa

Adolfo Henrique Coutinho e Silva destaca-se como autor que mais publicou artigos sobre o tema CPC, com cinco publicações. Logo em seguida, com quatro, aparecem os pesquisadores: Adriano Rodrigues, Márcia Martins Mendes De Luca e Roberto Carlos Klann. E

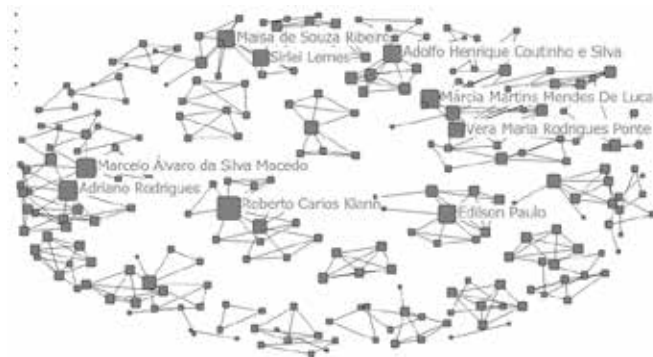
com três manuscritos estão os acadêmicos: Alessandra Vasconcelos Gallon, Bruno Meirelles Salotti, Daniel Ramos Nogueira, Edilson Paulo, José Alonso Borba, Maisa de Souza Ribeiro, Marcelo Alvaro da Silva Macedo, Patrícia Siqueira Varela, Ricardo Luiz Menezes da Silva, Rogério João Lunkes, Sidmar Roberto Vieira Almeida, Thiago de Abreu Costa, Vera Maria Rodrigues Ponte e Luiz da Costa Laurencel.

Em suma, 18 pesquisadores publicaram de três a cinco artigos; 24 acadêmicos divulgaram dois papers; e a grande maioria, isto é, 203 autores publicaram apenas um artigo cada. Este achado remete a Lei de Lotka que sublinha a produtividade de pesquisadores (NORONHA; MARICATO, 2008; SOUZA; RIBEIRO, 2013; BEUREN; SOUZA, 2008), colocando ainda em realce que poucos acadêmicos publicam muito e muitos pesquisadores publicam pouco (RIBEIRO, 2014), como acontece e é apontado na Figura 2 deste estudo.

Os resultados observados nesta seção contribuem para grifar a importância destes acadêmicos, sobretudo os mais profícuos, para o desenvolvimento, comunicação e socialização do tema CPC no Brasil, não somente quando divulgam seus achados em revistas com bom fator de impacto da área de contabilidade, mas também quando ocorre a disseminação da temática ora analisada em congressos e/ou seminários nacionais e internacionais do campo do conhecimento contabilidade e/ou correspondentes.

A Figura 3 visualiza a rede de coautoria dos 245 autores identificados neste trabalho, o que corresponde a 245 nós (MARTES et al., 2006). Entretanto, a mencionada figura coloca em ênfase os pesquisadores com maior centralidade de grau.

Figura 3 - Rede de coautoria



Fonte: Dados da pesquisa

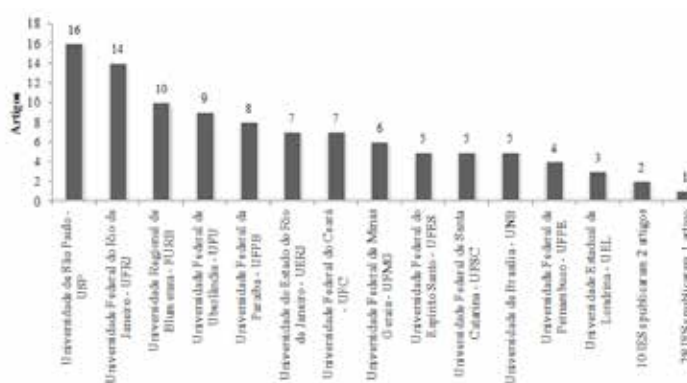
Os acadêmicos: Roberto Carlos Klann, Adolfo Henrique Coutinho e Silva, Márcia Martins Mendes de Luca, Maisa de Souza Ribeiro, Marcelo Álvaro da Silva Macedo, Adriano Rodrigues, Edilson Paulo, Sirllei Lemes e Vera Maria Rodrigues Ponte ficaram em evidência por terem maior degree nesta rede coautoria deste estudo. Diga-se que dos nove pesquisadores relatados aqui, sete estão entre os 18 mais profícuos deste trabalho. O que mostra a importância e influência destes autores na difusão do saber acadêmico do tema CPC na literatura acadêmica contábil no Brasil.

Ter o conhecimento de autores que literalmente se destacam em determinadas áreas e/ou temas acadêmicos é fundamental para criar um norte de em quem se embasar para o melhor entendimento e compreensão, sobretudo para os pesquisadores iniciantes, pois os mesmos terão alicerçadas suas novas pesquisas, tais como projetos de iniciação científica, monografias, dissertações, teses, manuscritos de congressos e artigos de periódicos. Diante do exposto, os achados contemplados aqui produzem informações que contribuem de maneira direta e/ou indireta para o desenvolvimento, fomento, evidênciação e disseminação da temática ora analisada no cenário acadêmico nacional.

Cabe mencionar o estudo similar do autor Ribeiro (2014) que em sua rede de coautoria, enfatizando também o degree, coloca também em evidência os autores Marcelo Álvaro da Silva Macedo e Sirllei Lemes.

A Figura 4 aborda a totalidade das 51 IESs identificadas neste trabalho, colocando em relevo as 13 mais profícuas, que foram: USP, UFRJ, FURB, UFU, UFPB, UERJ, UFC, UFMG, UFES, UFSC, UNB, UFPE e UEL. Nota-se que destas, seis são oriundas da região Sudeste; três são das regiões Sul e Nordeste respectivamente, somando seis; e uma da Centro-Oeste. Tal descoberta nos faz observar que o tema em investigação permeia de maneira macro o contexto literário brasileiro, sob a óptica das Unidades da Federação contempladas neste parágrafo.

Figura 4 - IESs mais produtivas



Fonte: Dados da pesquisa

Outro dado interessante é que 38 IESs publicaram de dois a um artigo sobre CPC, o que reitera e condensa o pensamento de que o tema em investigação, apesar de ter ainda poucos trabalhos publicados em revistas A1 a B5 da área contábil, está sendo cada vez mais difundido e socializado pelas IESs do Brasil, contribuindo também para seu crescimento em nossa literatura acadêmica, não somente no cenário contábil, mas também, por que não dizer, no âmbito do conhecimento das áreas correlativas da contabilidade. Diante disso, versa-se aqui uma oportunidade de diversificar e aprofundar ainda mais este trabalho, pesquisando-o em periódicos de campos do saber que se relacionam com a contabilidade.

#### 4.1 Rede social das IESs

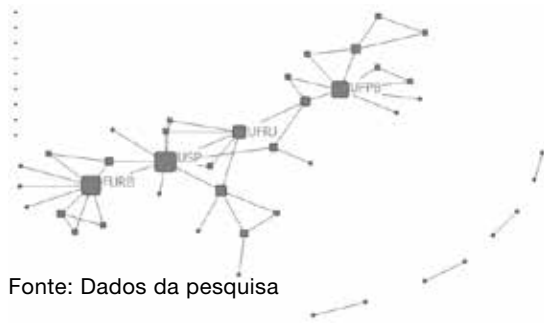
A Figura 5 visualiza a rede social das 51 IESs identificadas nesta pesquisa, colocando em realce as que obtiveram maior centralidade de grau, que foram: USP, FURB, UFPB e UFRJ. Todas estão entre as cinco mais profícuas deste trabalho (Figura 4), o que reitera e ratifica o valor e influência dessas IESs no desenvolvimento, divulgação e consolidação do assunto CPC na literatura científica contábil brasileira.

Realizando uma averiguação mais analítica da Figura 5, observa-se que nove IESs publicaram sozinhas; quatro grupos de duas IESs, somando oito; e um grupo maior totalizando 34 IESs, aferindo um montante de 51 IESs. Este achado é oportuno, pois corrobora com as informações já antes evidenciadas não somente nesta seção, mas também nas anteriores, que confirma a interação direta e indireta de grande parte das IESs deste estudo, ou seja, 66,67% do montante, contribuindo para a evolução da temática em análise.

Contudo, verificando a densidade (MELLO; CRUBELLATE; ROSSONI, 2010) da rede das IESs, têm-se que a mesma apresenta-se com 0,0486, o que nos permite dizer que apenas 4,86% das interações entre estas instituições estão efetivamente sendo realizadas, o que nos faz entender e compreender que, no instante em que isso ocorrer, ou seja, a densidade for maximizada, o impacto na literatura acadêmica nacional será iminente no crescimento, evidênciação e disseminação do tema em questão.

Henrique César Melo Ribeiro

Figura 5 - Rede social das IESs



Fonte: Dados da pesquisa

Corroborar com os achados desta seção o estudo do pesquisador Ribeiro (2014), que em seus cálculos e visualizações da rede social das IESs e sua respectiva centralidade em relação ao *degree*, encontrou e destacou as IESs: USP, UFPB e UFRJ como as mais centrais no que tange ao tema contabilidade internacional à luz das revistas científicas nacionais de 1999 a 2013.

A Tabela 2 mostra os principais CPCs que ficaram em realce neste estudo.

Tabela 2: CPCs em destaque

CPCs/Anos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total	%
CPC 29								3	8	5	16	16,49%
Visão geral						1	2	3	5	5	16	16,49%
CPC 01					2	3	2	1	3	3	14	14,43%
CPC 04					1			2	3	4	10	10,31%
CPC 13						1	1	1		1	4	4,12%
CPC 28									2	2	4	4,12%
CPC 25									1	2	3	3,09%
CPC 27								1	1	1	3	3,09%
CPC 07							2				2	2,06%
CPC 10					1					1	2	2,06%
CPC 22									1	1	2	2,06%
CPC 26							1	1			2	2,06%
CPC 38										2	2	2,06%
CPC 03										1	1	1,03%
CPC 12									1		1	1,03%
CPC 15										1	1	1,03%
CPC 21							1				1	1,03%
CPCs 1 a 14								1			1	1,03%
CPCs 1 e 4									1		1	1,03%
CPCs 1, 12, 16 e 27							1				1	1,03%
CPCs 1, 3, 4, 6, 12, 13 e 26								1			1	1,03%
CPCs 10 e 33							1				1	1,03%
CPCs 11 e 13								1			1	1,03%
CPCs 13 e 37							1				1	1,03%
CPCs 27 e 29										1	1	1,03%
CPCs 15, 27, 29 e 33							1				1	1,03%
CPCs 37 e 43									1		1	1,03%
CPCs 38, 39 e 40								1			1	1,03%
CPCs 4, 15, 25, 27 e 32										1	1	1,03%
CPCs 4, 16, 27 e 38										1	1	1,03%
Total	0	0	0	0	4	5	13	16	27	32	97	100,00%

Fonte: Dados da pesquisa.

Analisando a Tabela 2, observa-se que o CPC 29 foi o mais publicado em dez anos de estudo. Tal resultado pode ser devido a sua aprovação ocorrida em setembro de 2009, sendo que foi a primeira norma internacional de contabilidade voltada para o setor da agricultura (MARTINS; OLIVEIRA, 2014). Com isso, trouxe inovações na contabilização dos ativos biológicos e produtos agrícolas, sobretudo no que se refere às suas bases de aferição (FIGUEIRA; RIBEIRO, 2015), uma vez que, em geral, os ativos biológicos eram calculados pelo seu custo histórico, mas, com a edição da IAS 41/CPC 29, constituiu-se o seu valor justo como base de julgamento (SILVA FILHO; MARTINS; MACHADO, 2013).

O CPC 01 aparece em realce também neste trabalho, com 14 publicações. Provavelmente, este destaque é em virtude de que sua aplicação para as companhias abertas passou a ser obrigatória a partir do exercício encerrado em 2008, mediante a Deliberação CVM n. 527/07 (PONTE et al., 2011). O mencionado CPC foca na redução ao valor recuperável do ativo (*impairment test*), tendo sido revisado em 2010, e no qual se verifica direta correlação com a IAS 36 (MAZZIONI et al., 2014).

O CPC 04 vem em seguida, com dez artigos divulgados. Tal CPC centra-se e estabelece alguns discernimentos para que os recursos intangíveis sejam distinguidos como ativos intangíveis (AVELINO; PINHEIRO; LAMOUNIER, 2012), com isso, o CPC 04 elenca determina-



das informações que devem ser evidenciadas pelas organizações no que pertence aos ativos intangíveis (VOGT et al., 2016), enfatizando-se a publicação das metodologias de amortização utilizadas, a sua vida útil ou taxa de amortização e as justificativas para categorizá-los como de vida útil incerta (MENESES; PONTE; MAPURUNGA, 2013).

Com quatro artigos publicados surgem os CPCs 13 e 28. O CPC 13 aborda a adoção das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, no que se refere à prática contábil do arrendamento mercantil financeiro (CARDOSO et al., 2010) e regula a admissão de um novo conjunto de princípios e práticas contábeis com base na lei societária e nas normas contábeis divulgadas pelo CPC (SILVA; NARDI, 2014).

Em relação ao CPC 28, que tem correlação com as IAS 40 – investment property –, autoriza a escolha de métodos alternados para avaliação das propriedades para investimento, ou seja, pode ser pela metodologia do valor justo ou de custo (ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013). Em outras palavras, quando as propriedades são aferidas pelo método de custo, o tratamento é parecido ao de ativo imobilizado, e quando se usa o valor justo, modificações de valores acendem efeitos no resultado do período referido (KOLOZSVARI; MARQUES; MACE-DO, 2014). Com isso, organizações similares poderão ter demonstrações contábeis distintas, o que pode gerar impactos nas tomadas de decisões de investidores e para os demais usuários das demonstrações contábeis (ANDRADE; SILVA; MALAQUIAS, 2013).

Já com três papers divulgados estão os CPCs: 25 e 27. No que tange ao CPC 25, que tem correlação com o IAS 37, e que versa sobre a conta-

bilização de provisões e evidenciação de ativos e passivos contingentes, determinando que a decisão de compor provisões para contingências tributárias ou legais ou apenas evidenciá-las deve ser alicerçada em laudos de experts (RIBEIRO; RIBEIRO; WEFFORT, 2013).

Já o CPC 27, que tem correlação com o IAS 16, situa os basilares pontos a serem analisados na contabilização do ativo imobilizado, como o reconhecimento dos ativos, assentamento dos valores contábeis, valores sobre a depreciação e perdas por desvalorização, como também os itens a serem evidenciados nas demonstrações contábeis (VIVIANI et al., 2014).

Os CPCs: 07, 10, 22, 26 e 38 tiveram duas publicações cada. E os CPCs: 03, 12, 15 e 21 apresentaram uma divulgação cada. Ressalta-se que os 16 CPCs (29, 01, 04, 13, 28, 25, 27, 07, 10, 22, 26, 38, 03, 12, 15 e 21) vistos até aqui, foram tratados de maneira destacada em 68 artigos, influenciando em seus respectivos relevos nesta seção, sobretudo os que foram discutidos, isto é os sete primeiros CPCs que foram publicados em 54 papers. Contudo, estes 16 CPCs realçados nesta seção, também são citados nos outros 29 manuscritos contemplados na Tabela 2 nesta pesquisa, totalizando 97 (68 + 29), reiterando e ratificando o domínio destes 16 CPCs, mesmo que seja nestes dez anos de estudo (2005 a 2014), contribuindo para efetivamente demonstrar a importância destes para a evolução da produção científica dos CPCs e maturar o citado tema na literatura acadêmica nacional.

A Tabela 3 complementa e aperfeiçoa os dados da Tabela 2, evidenciando os temas sobre CPC que ficaram em proeminência neste estudo.

**Tabela 3:** Temas em destaque

Temas/Anos	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	Total	%
Ativos intangíveis					1		1	2	2	4	10	10,31%
Evidenciação contábil							3		2	4	9	9,28%
Ativos biológicos								1	4	3	8	8,25%
Normas internacionais de contabilidade							1	2	2	2	7	7,22%
Valor justo							1	2	2	2	7	7,22%
Impairment test					2	1	1		1	2	7	7,22%
Convergência contábil						1	1	1	1	2	6	6,19%
Demonstrações contábeis							2	1	1	1	5	5,15%
Ativo imobilizado								1	1	2	4	4,12%
Contabilidade societária							1		2	1	4	4,12%
Governança corporativa								1	1	1	3	3,09%
Investimento									1	2	3	3,09%
Mercado de capitais									3		3	3,09%
Regulação contábil						1		1	1		3	3,09%
Contabilidade governamental							1	1			2	2,06%
Disclosure					1	1					2	2,06%
Passivos contingentes										2	2	2,06%
Pequenas e médias empresas (PME)										2	2	2,06%
Auditoria								1			1	1,03%
Contratos de concessão							1				1	1,03%
Custos									1		1	1,03%
Demonstrações financeiras								1			1	1,03%
Dividendos									1		1	1,03%
Gerenciamento de resultados									1		1	1,03%
Goodwill						1					1	1,03%
Hedge Accounting										1	1	1,03%
Instrumentos financeiros								1			1	1,03%
PECLD										1	1	1,03%
<b>Total</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>13</b>	<b>16</b>	<b>27</b>	<b>32</b>	<b>97</b>	<b>100,00%</b>

O assunto ativos intangíveis foi o mais publicado em dez anos de estudos com dez artigos, podendo ser em virtude de seu papel destacado e de importância no panorama econômico, sobretudo no contábil (CRISÓSTOMO, 2009). O citado assunto entrou em vigor em 2008 e são considerados ativos monetários identificáveis e sem substância física, porém os mesmos necessitam atender aos seguintes aspectos: ser identificável, ser controlado pela empresa e gerar benefício econômico futuro (LEITE; PINHEIRO, 2014). A ênfase do tema ativos intangíveis é corroborada pelo trabalho de Ribeiro (2016).

Com nove manuscritos divulgados apareceu o tema evidenciação contábil. O que é interessante notar ao analisar o citado assunto é que ele abrange uma horizontalidade com o tema CPC, ou seja, a temática evidenciação contábil se relacionou neste estudo com os seguintes CPCs: 01, 04, 07, 10, 12, 15, 16, 21, 22, 27, 29, 33 e 38. O que mostra de maneira veemente a importância da abordagem evidenciação contábil em diferentes aspectos do contexto dos CPCs, acarretando com isso seu realce nesta seção.

A temática ativos biológicos ficou em relevo também, ao ser observado que a mesma destacou-se em oito artigos divulgados. Tal dado pode ser em virtude da importância que este ativo tem nas práticas contábeis atuais, sobretudo no que se refere ao valor justo destes ativos (BRIZOLLA, et al., 2014), contrapondo-se à prática, até então usual, de aferi-lo ao custo histórico. Ressalte-se que o cálculo dos citados ativos e produtos agrícolas pelo valor justo tem por designio melhor retratar o panorama econômico da organização e proporcionar comparabilidade entre as organizações, majorando, com isso, a utilidade de suas demonstrações contábeis (HOLTZ; ALMEIDA, 2013).

Com sete manuscritos divulgados vêm os assuntos: normas internacionais de contabilidade, valor justo e impairment test. Diante disso, salienta-se a exposição que as organizações começaram a passar, ao aderir ao modelo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o que estabelece que todas as áreas da organização estejam envolvidas e que processos internos sejam adaptados, a fim de criar informações com maior disclosure. (BEUREN; ALMEIDA, 2012). O valor justo e o impairment test são exemplos de novos procedimentos oriundos da aplicação destas normas, que especificamente realçam a mensuração de ativos (CARVALHO; COSTA; OLIVEIRA, 2010).

Logo em seguida aparecem os temas convergência contábil e demonstrações contábeis, com seis e cinco artigos publicados respectivamente. O destaque de ambos os assuntos pode ser em virtude da importância que a convergência contábil internacional tem ao elevar o nível de disclosure das demonstrações contábeis das organizações de grande porte e também das sociedades por ações (PONTE et al., 2012).

Ressaltam-se também as temáticas: ativo imobilizado e contabilidade societária, ambas com quatro publicações. Com três manuscritos publicados estão os assuntos: governança corporativa, investimento, mercado de capitais e regulação contábil. Já com duas divulgações, surgem: contabilidade governamental, disclosu-

re, passivos contingentes e PME. E com apenas uma publicação aparecem os temas: auditoria, contratos de concessão, custos, demonstrações financeiras, dividendos, gerenciamento de resultados, goodwill, hedge accounting, instrumentos financeiros e perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD).

Em suma, 28 temas foram identificados neste trabalho, que se relacionavam ao assunto principal e objeto de análise desta pesquisa, o CPC. Diante do exposto nesta seção é permitido afirmar que a temática ora análise é bem dispersa, ou seja, há diversidade de assuntos que integram e interagem com as nuances que norteiam o CPC, não somente no cenário contábil nacional, mas também no panorama organizacional, e especialmente no contexto literário acadêmico brasileiro. Nota-se que a amplitude do tema CPC, por meio da heterogeneidade de assuntos que o guiam, permitirá que em poucos anos torne-se um tema maduro e legitimado na literatura acadêmica da área contábil e correspondentes.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste estudo foi analisar a produção acadêmica do tema Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgada em periódicos nacionais da área de Contabilidade de 2005 a 2014. Este trabalho levantou informações que ainda não tinham sido divulgadas e/ou publicadas em nenhum outro estudo da academia, e diante disso, esta pesquisa se fez importante, pois contemplou contribuições atuais e essenciais para o fortalecimento e maior difusão do campo do conhecimento CPC. Estudos como este, que destacam a produção acadêmica de assuntos, como é o caso do CPC, são necessários para melhor entendimento e compreensão de pesquisadores já atuantes na área e/ou acadêmicos que ainda buscam e anseiam por um norte para efetivamente gerar novas pesquisas e consequentemente conhecimentos sobre o tema em análise.

Conclui-se, mediante um amplo número de informações evidenciadas aqui, a importância da temática CPC para a propagação do saber científico na área contábil. Este estudo também faz um benefício à academia, no momento que dá a possibilidade do surgimento de uma agenda de pesquisa ainda nova no contexto acadêmico nacional, criando assim a possibilidade de aperfeiçoar, fomentar, difundir e disseminar o tema objeto de análise.

A limitação deste estudo está relacionada com os periódicos analisados, ou seja, somente os da área contábil. Diante disso, sugere-se ampliar o leque de revistas, incorporando outros campos do saber, associados direta ou indiretamente à contabilidade, como por exemplo, a Administração. Aconselha-se também fazer um estudo parecido com este, não usando apenas revistas nacionais de contabilidade, mais também periódicos internacionais da citada área. Outra proposta é aperfeiçoar as técnicas de análise da bibliometria e da rede social, não aferindo dados apenas com estatística descritiva, mas também com análise de dados multivariados.

## Referências

- ALBUQUERQUE FILHO, J. B.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. *Práticas organizacionais e estrutura de relações no campo do desenvolvimento metropolitano*. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. 4, p. 626-646, 2009.
- ALMEIDA, N. S. de; LEMES, S. *Evidências do entendimento de quatro pronunciamentos contábeis por auditores independentes do Brasil*. Revista de Administração Contemporânea, v. 17, n. 1, p. 83-105, 2013.
- ANDRADE, M. E. M. C.; SILVA, D. M. da; MALAQUIAS, R. F. *Escolhas contábeis em propriedades para investimento*. Revista Universo Contábil, v. 9, n. 3, p. 22-37, 2013.
- AVELINO, B. C.; PINHEIRO, L. E. T.; LAMOUNIER, W. M. *Evidenciação de ativos intangíveis: estudo empírico em companhias abertas*. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 22-45, 2012.
- BEUREN, I. M.; ALMEIDA, D. M. *Impactos da implantação das normas internacionais de contabilidade na controladoria: um estudo à luz da teoria da estruturação em uma empresa têxtil*. Revista de Administração da USP, v. 47, n. 4, p. 653-670, 2012.
- BEUREN, I. M.; SOUZA, J. C. de. *Em busca de um delineamento de proposta para classificação dos periódicos internacionais de contabilidade para o Qualis CAPES*. Revista Contabilidade & Finanças, São Paulo, v. 19, n. 46, p. 44-58, jan/abr, 2008.
- BORDIN, A. S.; GONÇALVES, A. L.; TODESCO, J. L. *Análise da colaboração científica departamental através de redes de coautoria*. Perspectivas em Ciência da Informação, v. 19, n. 2, p. 37-52, 2014.
- BRIZOLLA, M. M. B.; PLETSCH, C. S.; FASOLIN, L. B.; SILVA, A. da; ROSA, F. S. da. *Determinantes da avaliação dos ativos biológicos a valor justo, em empresas listadas na BM&FBOvespa*. Revista Ambiente Contábil, v. 6, n. 2, p. 152-169, 2014.
- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: < <http://qualis.capes.gov.br/webqualis>>. Acesso em: 16 abr.2015.
- CAPOBIANGO, R. P.; SILVEIRA, S. de F. R.; ZERBATO, C.; MENDES, A. C. A. *Análise das redes de cooperação científica através do estudo das coautorias dos artigos publicados em eventos da Anpad sobre avaliação de políticas públicas*. Revista de Administração Pública, v. 45, n. 6, p. 1869-1890, 2011.
- CARDOSO, R. L.; SILVA, M. A.; MÁRIO, P. do C.; IUDÍCIBUS, S. de. *Análise da regulação da contabilidade à luz da teoria tridimensional do direito de Miguel Reale*. Revista Universo Contábil, v. 6, n. 1, p. 06-27, 2010.

- CARVALHO, L. N. G. de; COSTA, P. de S.; OLIVEIRA, A. T. de. *Impairment no setor público: particularidades das normas nacionais e internacionais*. Revista de Administração Pública, v. 44, n. 4, p. 839-876, 2010.
- COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). *Pronunciamentos*. Disponível em: < <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 13 abr.2015.
- COSTA, J. A.; THEOPHILO, C. R.; YAMAMOTO, M. M. A. *Aderência dos pronunciamentos contábeis do CPC às normas internacionais de contabilidade*. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 15, n. 2, p. 110-126, 2012.
- CRISÓSTOMO, V. L. *Ativos Intangíveis: estudo comparativo dos critérios de reconhecimento, mensuração e evidenciação adotados no Brasil e em outros países*. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 12, n. 1, p. 50-68, 2009.
- FERNANDES, B. V. R.; LIMA, D. H. S. de; VIEIRA, E. T.; NIYAMA, J. K. *Percepção de docentes de cursos de graduação contábeis sobre a função e atuação do comitê de pronunciamentos contábeis*. Revista Universo Contábil, v. 7, n. 4, p. 60-81, 2011.
- FIGUEIRA, L. M.; RIBEIRO, M. de S. *Análise da evidenciação sobre a mensuração de ativos biológicos: antes e depois do CPC 29*. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 12, n. 26, p. 73-98, 2015.
- HOLTZ, L.; ALMEIDA, J. E. F. de. *Estudo sobre a relevância e a divulgação dos ativos biológicos das empresas listadas na BM&FBovespa*. Sociedade, Contabilidade e Gestão, v. 8, n. 2, p. 28-46, 2013.
- IKUNO, L. M.; NIYAMA, J. K. *Uma análise epistemológica das pesquisas em contabilidade internacional: um estudo em periódicos internacionais de língua inglesa*. Revista Ambiente Contábil, v. 7, n. 1, p. 109-131, 2015.
- KOLOZSVARI, A. C.; MARQUES, J. A. V. da C.; MACEDO, M. A. da S. *Escolhas contábeis: análise dos efeitos da mensuração a custo ou a valor justo das propriedades para investimento sobre o desempenho reportado no segmento de exploração imobiliária*. Pensar Contábil, v. 16, n. 61, p. 18-27, 2014.
- LEITE, D. U.; PINHEIRO, L. E. T. *Disclosure de ativo intangível: um estudo dos clubes de futebol brasileiros*. Revista Enfoque: Reflexão Contábil, v. 33, n. 1, p. 89-104, 2014.
- LEMES, S.; CARVALHO, L. N. G. de. *Comparabilidade entre o resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: evidências das companhias brasileiras listadas nas bolsas norte-americanas*. Revista Contabilidade & Finanças, v. 20, n. 50, p. 25-45, 2009.
- MACIAS-CHAPULA, C. A. *O papel da informetria e da cienciométrica e sua perspectiva nacional e internacional*. Ciência da Informação, v. 27, n. 2, p. 134-140, 1998.
- MARTES, A. C. B.; BULGACOV, S.; NASCIMENTO, M. R. do; GONÇALVES, S. A.; AUGUSTO, P. M. *Fórum – redes sociais e interorganizacionais*. Revista de Administração de Empresas, v. 46, n. 3, p. 10-15, 2006.
- MARTINS, A. S.; OLIVEIRA, D. de L. *Reconhecimento contábil da degeneração de ativos biológicos para a produção no cultivo de árvores frutíferas*. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 11, n. 22, p. 73-94, 2014.
- MAZZIONI, S.; POLITELLO, L.; MOREIRA, W. J.; KLANN, R. C. *Fatores determinantes na evidenciação da redução ao valor recuperável de ativos (impairment test) em empresas listadas na BM&FBovespa*. Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos, v. 11, n. 4, p. 276-291, 2014.
- MELLO, C. M. de; CRUBELLATE, J. M.; ROSSONI, L. *Dinâmica de relacionamento e prováveis respostas estratégicas de programas brasileiros de pós-graduação em administração à avaliação da Capes: proposições institucionais a partir da análise de redes de coautorias*. Revista de Administração Contemporânea, v. 14, n. 3, p. 434-457, 2010.
- NOGUEIRA JUNIOR, E.; JUCA, M. N.; MACEDO, M. Á. da S.; CORRAR, L. J. *Início da adoção das IFRS no Brasil: Os impactos provocados na relação entre o lucro e o fluxo de caixa operacional*. Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 23, n. 1, p. 47-74, 2012.
- NORONHA, D. P.; MARICATO, J. de M. *Estudos métricos da informação: primeiras aproximações*. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 13, n. 1, p. 116-128, 2008.
- OLIVEIRA, N. A. L. de; COSTA JUNIOR, J. V. da; COUTINHO e SILVA, A. H. *Regulação contábil no Brasil: uma análise dos processos de audiência pública do comitê de pronunciamentos contábeis (CPC) nos anos de 2007 a 2011*. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 6, n. 1, p. 49-65, 2013.
- OLIVEIRA, V. A.; LEMES, S. *Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras*. Revista Contabilidade & Finanças, v. 22, n. 56, p. 155-173, 2011.
- ONO, H. M.; RODRIGUES, J. M.; NIYAMA, J. K. *Disclosure sobre impairment: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008*. Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, v. 15, n. 1, p. 67-87, 2010.
- PONTE, V. M. R.; DE LUCA, M. M. M.; SOUSA, H. V. de; CAVALCANTE, D. S. *Práticas de divulgação do teste de redução ao valor recuperável de ativos pelas companhias abertas listadas na BM&FBovespa*. Revista Contabilidade Vista & Revista, v. 22, n. 4, p. 113-144, 2011.
- PONTE, V. M. R.; OLIVEIRA, M. C.; CAVALCANTE, D. S.; DE LUCA, M. M. M. *Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBovespa*. Revista Universo Contábil, v. 8, n. 1, p. 53-69, 2012.
- REINA, D. R. M.; REINA, D.; SILVA, S. F. da. *Comparabilidade da informação contábil em empresas brasileiras após a adoção das normas internacionais de contabilidade*. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 11, n. 23, p. 77-94, 2014.
- RIBEIRO, H. C. M. *Produção acadêmica do tema “Lei 11.638/07” divulgada em periódicos nacionais da área contábil entre os anos de 2008 a 2014*. Pensar Contábil, v. 18, n. 65, p. 51-66, 2016.
- RIBEIRO, H. C. M. *Quinze anos de produção acadêmica do tema contabilidade internacional: uma análise bibliométrica em periódicos brasileiros*. Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 8, n. 3, p. 326-343, 2014.
- RIBEIRO, H. C. M.; SANTOS, M. C. dos. *Perfil e evolução da produção científica do tema governança corporativa nos periódicos Qualis/Capes nacionais: uma análise bibliométrica e de redes sociais*. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 18, n. 3, p. 04-27, 2015.
- ROSSONI, L.; GUARIDO FILHO, E. R. *Cooperação entre programas de pós-graduação em administração no Brasil: evidências estruturais em quatro áreas temáticas*. Revista de Administração Contemporânea, v. 13, n. 3, p. 366-390, 2009.
- ROSSONI, L.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. *Cooperação entre pesquisadores da área de administração da informação: evidências estruturais de fragmentação das relações no campo científico*. Revista de Administração da USP, v. 43, n. 2, p. 138-151, 2008.
- SÁ, F. F. de; MALAQUIAS, R. F. *Análise da percepção dos discentes do curso de graduação em ciências contábeis sobre expressões de incerteza contidas nos pronunciamentos emitidos pelo comitê de pronunciamentos contábeis*. Revista de Contabilidade e Organizações, v. 6, n. 14, p. 77-105, 2012.
- SANTOS, L. P. G. dos; LIMA, G. A. S. F. de; FREITAS, S. C. de; LIMA, I. S. *Efeito da Lei 11.638/07 sobre o conservadorismo condicional das empresas listadas na BM&FBovespa*. Revista Contabilidade & Finanças, v. 22, n. 56, p. 174-188, 2011.
- SILVA FILHO, A. C. da C. e; MARTINS, V. G.; MACHADO, M. A. V. *Adoção do valor justo para os ativos biológicos: análise de sua relevância em empresas brasileiras*. Revista Universo Contábil, v. 9, n. 4, p. 110-127, 2013.
- SILVA, R. L. M. da; NARDI, P. C. C. *Demonstrações contábeis no Brasil após adoção do CPC 13: reação do mercado de ações*. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 7, n. 3, p. 362-385, 2014.
- SOUZA, F. J. V. de; BARROS, C. da C.; ARAÚJO, A. O.; SILVA, M. C. da. *Produção científica sobre ativos biológicos e produtos agrícolas: um estudo entre os anos de 2006 e 2011*. Custos e @gronegócios on line, v. 9, n. 1, p. 91-118, 2013.
- SOUZA, M. T. S. de; RIBEIRO, H. C. M. *Sustentabilidade ambiental: uma meta-análise da produção brasileira em periódicos de administração*. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 17, n. 3, p. 368-396, maio/jun, 2013.
- TAVARES, M. F. N.; LOPES, J. E. de G.; RIBEIRO FILHO, J. F.; PEDERNEIRAS, M. M. M.; AMARO, R. G.; IUDÍCIBUS, S. de. *Uma contribuição epistemológica à contabilidade internacional: análise nas dissertações e teses brasileiras divulgadas no banco de dados de teses e dissertações (BDTD) entre 1999 e 2008*. Advances in Scientific and Applied Accounting, v. 3, n. 2, p. 217-238, 2010.
- TEODORO, J. D.; ESPEJO, M. M. dos S. B.; SCHERER, L. M.; BARROS, C. M. E. *O processo de harmonização às normas internacionais sob a perspectiva da produção científica*. Pensar Contábil, v. 13, n. 52, p. 5-14, 2011.
- TOIGO, L. A.; GOLLO, V.; CUNHA, P. R. da. *Pronunciamentos contábeis brasileiros: evidências do julgamento dos acadêmicos concluintes do curso de ciências contábeis*. Revista Ambiente Contábil, v. 6, n. 2, p. 1-17, 2014.
- VIVIANI, S.; HALL, R. J.; BECK, F.; KLANN, R. C. *Evidenciação do ativo imobilizado nas empresas do setor de bens industriais da BM&FBovespa*. Revista Enfoque: Reflexão Contábil, v. 33, n. 3, p. 21-34, 2014.
- VOGT, M.; PLETSCH, C. S.; MORÁS, V. R.; KLANN, R. C. *Determinantes do Reconhecimento das Perdas por Impairment do Goodwill*. Revista Contabilidade & Finanças, v. 27, n. 72, p. 349-362, 2016.
- ZANDONAI, F.; BORBA, J. A. *O que dizem os achados das pesquisas empíricas sobre o teste de impairment: uma análise dos journals em língua inglesa*. Contabilidade, Gestão e Governança, v. 12, n. 1, p. 24-34, 2009.